

DERROTA DE TARCÍSIO

CIETE SILVÉRIO/GOVERNO DE SP



TCE suspende programa de escolas cívico-militares de SP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) suspendeu a execução do Programa Escola Cívico-Militar, criado pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Na decisão, o Tribunal reconheceu irregularidades na proposta. A medida foi tomada após representação apresentada pelo Coletivo Educação em 1º Lugar, integrado por parlamentares do PSOL. Dentre eles, a deputada federal Professora Luciene Cavalcante, o deputado estadual Carlos Giannazi e o vereador Celso Giannazi. Além da suspensão imediata do programa, o TCE vetou o uso de recursos da Secretaria da Educação para o custeio de policiais militares. Também ordenou a análise da regularidade das despesas já realizadas. [PÁGINA 5](#)

ALERJ

Deputado é preso por ligação com facção no Rio

O deputado estadual Tiego Raimundo dos Santos Silva (MDB-RJ), conhecido como TH Joias, foi preso ontem, suspeito de intermediar a compra e venda de armas para o Comando Vermelho, principal facção criminosa do estado. O deputado foi alvo de uma operação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Rio (Ficco-RJ), composta pela Polícia Federal (PF), Polícia Civil e Ministério Público do Estado (MPRJ). Ele foi detido em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, bairro da zona oeste. De acordo com as investigações, TH Joias tem ligação direta com líderes do Comando Vermelho, nas comunidades Complexo do Alemão, da Maré e Parada de Lucas, todas na zona norte carioca. [PÁGINA 6](#)

CONGRESSO

Comissão aprova tarifa social de energia

A comissão mista do Congresso Nacional que analisa a Medida Provisória (MP) 1300/25 aprovou ontem a proposta que altera a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSSE). O texto isenta famílias de baixa renda da conta de luz em casos de baixo consumo. A MP ainda precisa ser votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado para valer de forma definitiva. A tarifa social começou a valer no início de julho, quando a MP foi editada pelo governo federal. A

gratuidade vale para famílias beneficiárias do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que tenham consumo mensal de até 80 kilowatts (kWh). Segundo o governo, o benefício concederá a gratuidade total da conta de luz a 4,5 milhões de famílias. Outras 17,1 milhões de famílias que também têm direito à tarifa social não precisarão pagar pelos primeiros 80 quilowatts-hora (kWh) consumidos em cada mês. [PÁGINA 2](#)

EFEITO GALÍPOLO

Política de juros altos do BC aniquila produção industrial



A produção da indústria no país recuou 0,2% na passagem de junho para julho. Com esse resultado, o setor chega a quatro meses seguidos sem crescimento, o que é explicado pelo ambiente de juro alto. O resultado foi divulgado ontem pela Pesquisa Industrial Mensal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De abril a julho, a indústria acumula perda de 1,5%, sendo quedas em abril (-0,7%) e maio (-0,6%) e estabilidade em junho (0%). A última vez que o parque industrial brasileiro somou quatro meses sem expansão foi entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023. Em relação a julho de 2024, a produção da indústria nacional mostra avanço de 0,2%. Nos últimos 12 meses, o setor apresenta expansão de 1,9%. O resultado de julho deixa o setor 1,7% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 15,3% abaixo do nível recorde já alcançado, de maio de 2011. Em relação ao patamar final de 2024, o setor teve expansão de 0,3%. De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo (**foto**), o cenário predominante negativo desde abril é explicado pela política monetária restritiva, ou seja, os juros altos, ferramenta do Banco Central (BC) para tentar conter a inflação. “Em termos conjunturais, destacam-se os efeitos de uma política monetária mais restritiva – que encarece o crédito, eleva a inadimplência e afeta negativamente as decisões de consumo e investimentos. [PÁGINA 2](#)

JULGAMENTO



Fala de advogado prova que Bolsonaro articulou golpe

O advogado do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira afirmou, durante o segundo dia de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da ação que apura a trama golpista, que seu cliente tentou demover o ex-presidente Jair Bolsonaro de tentativas de golpe de Estado. Para Andrew Fernandes (**foto**), “está mais do que provado que o general Paulo Sérgio é inocente”. Ontem, a Primeira Turma do STF deu continuidade ao julgamento que pode condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados pela trama que teria o intento de reverter o resultado das eleições de 2022. “A delação e o depoimento da principal testemunha de acusação, o comandante da Força Aérea brigadeiro Batista Júnior é contundente, acachapante”, disse Fernandes. [PÁGINA 4](#)

INDICADORES																		
IBOVESPA -0,34% / 139.863,63 / -471,53 / Volume: 17.854.566.124 / Negócios: 2.976.896						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	GP-M	-1,65% (jun.)	EURO turismo						
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento				Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,26% (jun.)	Compra: 6,4452	Venda: 6,6252
Preço % Oscil.			Preço % Oscil.			Preço % Oscil.							Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
													(20/08)		(20/08)	14,90%	Compra: 5,4485 -0,36%	
													TR		Ouro		DÓLAR comercial	
													(02/09)	0,1742%	BM&F/grama/RJ	R\$ 633,47	Compra: 5,4518	Venda: 5,4524
													Poupança		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
													(02/09)	0,6751%	Compra: 6,3554	Venda: 6,3560	Compra: 5,4846	Venda: 5,6646
Ambev SA			11,90 -2,14% -0,26			Minupar Participacoes S.A.39,40+18,78% +6,23			Infracommerce CXAAS SA 0,200 -20,00% -0,050			S&P 500		6.448,26+0,51%				
Raizen SA			1,270 +4,96% +0,060			Renova Energia S.A. 1,14 +12,87% +0,13			Ampla Energia e Servicos SA10,65-14,80% -1,85			NASDAQ Composite		21.497,726+1,02%				
Cosan S.A.			6,75 +8,00% +0,50			Cia Melhoramentos de SP Pft40,00+10,60% +3,83			Construtora Adolpho Linde SA16,10-13,67% -2,55			Nasdaq 100		23.414,839+0,79%				
Companhia Brasileira de D			3,86+2,93%+0,11			CM Hospitalar SA 0,920 +9,52% +0,080			Americanas SA 6,20 -9,36% -0,64			Euronext 100		1.583,27+0,51%				
Petroleo Brasileiro SA Pfd			31,06-0,86%-0,27			BRB Banco de Brasilia SA10,79 +9,21% +0,91			PDG Realty SA 0,13 -7,14% -0,01			CAC 40		7.719,71+0,86%				

MERCADOS

Bovespa emenda 3ª perda e cede o nível de 140 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Abaixo dos 140 mil pontos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou ontem, um terceiro dia negativo desde que renovou recorde na última sexta-feira, tanto no intradia como no fechamento. Entre a mínima e a máxima da sessão, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 139.581,88 aos 140.495,88 pontos, saindo de abertura aos 140.331,63 pontos. Ao fim, marcava perda de 0,34%, aos 139 863,63 pontos, com giro financeiro moderado a R\$ 17,5 bilhões. Na semana e no mês, o Ibovespa recua 1,10% e, no ano, sobe 16,28%.

Entre as ações de primeira linha, de maior liquidez, destaque apenas para Vale (ON +0,38%), com Petrobras (ON -1,06%, PN -0,86%) firme no campo negativo, ainda que em ajuste inferior ao do Brent na

sessão, em baixa de 2,23% no fechamento de Londres. Entre os grandes bancos, apenas Bradesco ON conseguiu evitar o ajuste negativo no encerramento da B3, em leve alta de 0,14%. Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para Cosan (+8%), Raízen (+4,96%) e Pão de Açúcar (+2,93%). No lado oposto, Brava (-2,97%), IRB (-2,24%) e Ambev (-2,14%).

DÓLAR
Após três pregões de alta, em que acumulou valorização de 1,27%, o dólar recuou na sessão de ontem, mas ainda se manteve acima da linha de R\$ 5,45 no fechamento. Com mínima de R\$ 5,4345 pela manhã, o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,4%, cotado a R\$ 5,4529. Depois de cair 3,19% em agosto, a moeda sobe 0,57% nas três primeiras sessões de setembro. No ano, recua 11,77%.

CONGRESSO

Comissão mista aprova relatório da MP da tarifa social de energia

RENAN MONTEIRO/AE

A medida provisória 1.300/2025, com novo desenho para a tarifa social, foi aprovada ontem, em comissão mista no Congresso. O deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), relator do texto, apresentou ontem uma versão mais enxuta da proposta, retirando trecho que tratava da prorrogação por 30 anos de concessões de geração de usinas hidrelétricas. "Restou neste texto o que de fato foi acordado com os presidentes das duas casas", disse em relação aos presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta e Davi Alcolumbre. Ele afirmou ainda que houve conversas com o Ministério de Minas e Energia (MME) para o avanço da medida. O texto está pronto para ser votado em plenário e depende dos presidentes da Câmara e Senado. A matéria precisa ser votada até 17 de setembro para não perder a validade. A MP da tarifa social é um desdobramento da medida provisória que inicialmente foi tratada como uma ampla reforma do setor elétrico. Como a pro-

posta inicial apresentou diversos temas não consensuais entre os parlamentares, o texto foi enxugado. Agora, diversos outros temas devem ser acrescentados na MP 1 304, que fixa teto para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e está sob relatoria do senador Eduardo Braga (MDB). "Quero acreditar que vamos fazer um bom debate e incluir o que precisa ser incluído na MP 1.304. Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para termos a maior inclusão possível", declarou Coelho Filho. Ele é presidente da comissão mista que avalia essa segunda MP e falou que vai defender que o texto seja votado no colegiado no início de outubro. Com a nova tarifa social, já em vigor, há gratuidade no consumo mensal de até 80 quilowatt-hora (kWh) para famílias enquadradas na Tarifa Social. Esse benefício atende famílias do CadÚnico com renda mensal até meio salário mínimo per capita, pessoas com deficiência ou idosos (65+) no benefício de prestação continuada (BPC) e famílias indígenas e quilombolas do CadÚnico.

Nota

OAB SINALIZA QUE IRÁ AJUIZAR ADI NO SUPREMO PARA CONTESTAR PEC DOS PRECATÓRIOS

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sinaliza que pretende ajuizar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a PEC 66/2023, aprovada terça-feira pelo Senado. Em nota distribuída ontem, a entidade afirma que a PEC dos precatórios é uma "agressão à responsabilidade fiscal e transfere para o cidadão o ônus das ações perdidas por prefeituras e estados". Segundo o presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos a Precatórios Judiciais da OAB-SP e presidente do Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca), Vitor Boari, a longo prazo, a PEC tende a multiplicar a dívida dos precatórios de forma contínua, tornando-a insustentável. "A mecânica da PEC resulta em amortização negativa, pois os pagamentos mensais serão inferiores aos encargos de juros e correção. Isso vai comprometer a solvência do ente público no longo prazo e dizimar a esperança dos credores no recebimento de seu precatório", afirma.

EFEITO GALÍPOLO

Política de juros altos do BC aniquila produção industrial

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A produção da indústria no país recuou 0,2% na passagem de junho para julho. Com esse resultado, o setor chega a quatro meses seguidos sem crescimento, o que é explicado pelo ambiente de juro alto. O resultado foi divulgado ontem pela Pesquisa Industrial Mensal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De abril a julho, a indústria acumula perda de 1,5%, sendo quedas em abril (-0,7%) e maio (-0,6%) e estabilidade em junho (0%). A última vez que o parque industrial brasileiro somou quatro meses sem expansão foi entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023. Em relação a julho de 2024, a produção da indústria nacional mostra avanço de 0,2%. Nos últimos 12 meses, o setor apresenta expansão de 1,9%. O resultado de julho deixa o setor 1,7% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 15,3% abaixo do nível recorde já alcançado, de maio de 2011. Em relação ao patamar final

de 2024, o setor teve expansão de 0,3%.

EFEITO DO JURO ALTO
De acordo com o gerente da pesquisa, André Macedo, o cenário predominante negativo desde abril é explicado pela política monetária restritiva, ou seja, os juros altos, ferramenta do Banco Central (BC) para tentar conter a inflação. “Em termos conjunturais, destacam-se os efeitos de uma política monetária mais restritiva – que encarece o crédito, eleva a inadimplência e afeta negativamente as decisões de consumo e investimentos. Esses fatores contribuíram para limitar o ritmo de crescimento da produção industrial no período, refletindo-se em resultados mais moderados frente aos meses anteriores”, analisa Macedo. Atualmente, a taxa básica de juros, a Selic, está em 15% ao ano, o patamar mais alto desde julho de 2006. Os juros altos têm o efeito de desestimular o consumo e o investimento para esfriar a economia e diminuir a procura por bens e serviços, consequentemente, tirando força da inflação. Em julho, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostrou acúmulo de 5,23% em 12 meses, fora da meta do governo 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, indo até 4,5%.

A taxa está acima do teto desde setembro de 2024 (4,42%). Em abril, chegou a 5,53%, o ponto mais alto desde então.

SETORES
Na passagem de junho para julho, o IBGE identificou queda em 13 das 25 atividades industriais. Os destaques negativos foram:

- metalurgia (- 2,3%)
- outros equipamentos de transporte (-5,3%)
- impressão e reprodução de gravações (-11,3%)
- bebidas (-2,2%)
- manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (-3,7%)
- equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2%)
- produtos diversos (-3,5%)
- produtos de borracha e de material plástico (-1%)

Entre as atividades com alta na produção, os principais impactos positivos vieram de produtos far-

moquímicos e farmacêuticos (7,9%), alimentícios (1,1%), indústrias extrativas (0,8%) e produtos químicos (1,8%). Em relação às grandes categorias, bens de consumo duráveis (-0,5%) e bens de capital (-0,2%) registraram altas na passagem de junho para julho. Bens de capital são máquinas e equipamentos. Por outro lado, bens intermediários, ou seja, que serão transformados em outros produtos, cresceram 0,5% e bens de consumo semi e não duráveis aumentaram 0,1%.

TARIFAÇÃO
De acordo com André Macedo, o resultado de julho teve reflexos também do tarifação americana, que só começou na primeira semana de agosto. Isso se explica pelo fato de que a ameaça de taxa-ção das exportações brasileiras para os Estados Unidos mexeu com expectativas e decisões futuras de empresários, principalmente os que têm atividades voltadas para o mercado externo. Macedo ressalta que a predominância negativa desde abril é fundamentada pela política de juros. “Dentro do resultado geral, (o tarifação) não tem muita importância no momento”, disse.

VENDAS DE CARROS

Emplacamento de veículos registra o melhor resultado desde 2014

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

As vendas de veículos automotores mantiveram em agosto o ritmo de alta e acumulam em 2025 o melhor resultado desde 2014. Os dados foram divulgados ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). No mês passado, foram emplacados 431.079 veículos, sendo a maioria de motos (185.454) e carros leves (172.280). Nos primeiros oito meses de 2025, o setor contabiliza 3.229.726 unidades emplacadas uma alta de 6,6% sobre 2024. Com este resultado, a Fenabrave mantém as estimativas para o ano, que são de alta de 6,2% no ano.

SÃO PAULO

Procurador pede ao TCU a suspensão do leilão do túnel Santos-Guarujá

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) protocolou um requerimento na terça-feira, no Tribunal de Contas da União (TCU), pedindo a suspensão do leilão do túnel Santos-Guarujá, marcado para amanhã, na sede da B3, em São Paulo. O processo ainda não foi aberto para análise. Assinado pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, o do-

cumento questiona o modelo do leilão, que poderia sugerir que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) “teria favorecido grupos estrangeiros e imposto restrições às empresas brasileiras, inviabilizando sua participação no certame”. Para Furtado, o modelo atual do leilão impediu que empresas brasileiras, como Odebrecht e Andrade Gutierrez, pudessem apresentar propostas “devido à impos-

sibilidade de obter financiamento ou atender às garantias exigidas pelo BNDES”. Em matéria publicada na terça-feira, a Agência Brasil informou que apenas duas empresas estrangeiras apresentaram propostas para participar do certame para a construção do túnel, que vai ligar as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista. As empresas que vão participar do leilão são a espanhola Acciona e a portuguesa Mota-Engil. “Adicionalmente, há

alegações de que o BNDES teria favorecido grupos estrangeiros, como a espanhola Acciona e a portuguesa Mota-Engil, esta última com participação acionária da gigante chinesa CCC. A meu ver, tal situação levanta preocupações sobre a possível exclusão de empresas brasileiras em um projeto estratégico para o país, comprometendo a soberania nacional e o desenvolvimento da indústria de infraestrutura local”, escreveu Furtado no requerimento.

CÂMARA

Mendonça Filho será relator da PEC da Segurança Pública

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou ontem que a comissão especial para a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública será presidida pelo deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), enquanto a relatoria do projeto ficará a cargo do deputado federal Mendonça Filho (União-PE).

"São parlamentares com ampla experiência na área, o que garantirá um debate técnico e qualificado. A segurança pública é uma prioridade desta Casa e do povo brasileiro", escreveu Motta em postagem nas redes sociais.

Enviada em abril pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional, a PEC foi construída após consulta a governadores e é uma das apostas para ampliar a segurança do cidadão. O texto prevê, entre outras questões, uma maior integração entre a União e os entes federados e dar respaldo constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), criado por lei ordinária em 2018.

A PEC também propõe atualizar as competências das polícias Federal (PF) e Rodoviária Federal (PRF). A PRF, por exemplo, se tornaria uma polícia ostensiva federal, passando a se chamar Polícia Viária Federal, com suas atribuições expandidas para fazer policiamento ostensivo também em ferrovias

e hidrovias, além das rodovias, como já acontece atualmente, e para auxiliar as forças de segurança estaduais quando requisitada.

Outras propostas são a padronização de protocolos, informações e dados estatísticos; a de estabelecer diretrizes gerais para segurança e sistema penitenciário; a de fixar atribuições das guardas municipais e criar corregedorias e ouvidorias com autonomia funcional em relação às forças de segurança que estiverem sob seu escrutínio.

Os fundos Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Penitenciário Nacional (Funpen) também estariam previstos na Constituição, a fim de garantir recursos e protegê-los contra contingenciamentos.

Em julho, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados já havia aprovado a admissibilidade do texto. Na ocasião, o relator também havia sido Mendonça Filho.

Agora, a comissão especial, composta por 34 deputados, tem o prazo de 40 sessões do Plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas dez primeiras sessões. Depois, a proposta é analisada pelo Plenário.

A aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308), em dois turnos de votação. Se aprovado, o texto segue então para o Senado Federal, que também constituirá comissão especial e precisará aprovar a proposta por 49 votos, três quintos dos 81 senadores.

JULGAMENTO

Fala de advogado comprova que Bolsonaro articulou golpe

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

O advogado do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira afirmou, durante o segundo dia de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da ação que apura a trama golpista, que seu cliente tentou demover o ex-presidente Jair Bolsonaro de tentativas de golpe de Estado. Para Andrew Fernandes, "está mais do que provado que o general Paulo Sérgio é inocente".

Ontem, a Primeira Turma do STF deu continuidade ao julgamento que pode condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete aliados pela trama que teria o intento de reverter o resultado das eleições de 2022.

"A delação e o depoimento

da principal testemunha de acusação, o comandante da Força Aérea brigadeiro Batista Júnior é contundente, acachapante", disse Fernandes.

"O general Paulo Sérgio acabou sendo enredado em uma contumélia. Mas a prova dos autos, a instrução judicial demonstrou, de forma inequívoca, a sua inocência", disse.

"Ele assessorou o presidente da República (no sentido) de que nada poderia ser feito diante do resultado das eleições. É o que diz o delator. Se posicionou totalmente contrário a qualquer medida de exceção", completou.

Segundo Andrew Fernandes, membros da organização que orquestrava o golpe atuavam para retirar Paulo Sérgio do cargo. "Pra lá. Como é que ele fa-

zia parte da organização criminosa? É a prova dos nove. Se estavam lutando para tirá-lo?", questionou.

"Está provado e mais do que provado que o general Paulo Sérgio é manifestamente inocente".

BOLSONARO GOLPISTA

O advogado Paulo Cunha Bueno argumentou ontem que a Procuradoria-Geral da República (PGR) busca condenar seu cliente, o ex-presidente Jair Bolsonaro, pela "tentativa da tentativa" de um golpe de Estado. Ele argumentou que, mesmo na hipótese de um golpe ter sido cogitado, não foi apresentado nenhum ato do presidente que tenha contribuído para um ruptura institucional.

Após o advogado Celso Vilar-

di, que focou na falta de provas contra Bolsonaro, Bueno fez uma sustentação oral mais voltada para a doutrina do direito penal. Numa análise da descrição literal dos crimes contra o Estado de Direito na legislação, o advogado frisou que eles possuem uma redação restrita e específica, e não ampla. Essa foi uma opção do legislador para que esses crimes não sejam "usados como armas" em julgamento políticos.

Ele ressaltou que o crime de golpe de Estado coloca como condição o emprego de "violência e grave ameaça", mas que, a seu ver, a PGR não apresentou nenhum ato de violência ou grave ameaça praticado por Bolsonaro, motivo pelo qual o ex-presidente não poderia ser enquadrado nesse crime.

TOCANTINS

Corte Especial do STJ confirma afastamento de governador

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Responsável por, entre outras coisas, julgar as ações penais contra governadores e outras autoridades, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ratificou, ontem, a decisão do ministro Mauro Campbell de afastar de seus cargos, por seis meses, o governador do Tocantins, Wanderley Barbosa, e sua esposa, Karynne Sotero Campos, secretária estadual Extraordinária de Participações Sociais.

O apoio da Corte composta pelos 15 ministros mais antigos do tribunal à decisão de Campbell veio durante a sessão ordinária desta tarde, horas após a Polícia Federal (PF) deflagrar a segunda fase da Operação Fa-

mes-19 com o objetivo de aprofundar as investigações acerca de supostos desvios de recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia no estado, entre os anos de 2020 e 2021.

Mais de 200 policiais federais cumpriram a 51 mandados judiciais de busca e apreensão, além de outras medidas cautelares, na capital do Tocantins, Palmas, e nas cidades de Araguaína (TO), João Pessoa (PB), Imperatriz (MA) e no Distrito Federal. Dez dos mandados foram executados em gabinetes de deputados estaduais.

Segundo a PF, a nova fase da Operação Fames-19 permitirá aos investigadores buscar possíveis provas do desvio de recursos destinados ao estado, inclusive por meio de emendas

parlamentares, durante o estado de emergência em saúde pública e assistência social decretado em virtude da pandemia da covid-19.

A primeira fase da Operação Fames-19 foi deflagrada em 21 de agosto de 2024. Na ocasião, agentes federais realizaram buscas e apreensões em endereços ligados a Barbosa e a outros suspeitos de receber vantagens indevidas de empresas que, segundo a PF, o governo estadual contratou, de forma fraudulenta, para que fornecessem bens e serviços, incluindo cestas básicas.

A PF afirma já ter reunido indícios que apontam que o governo do Tocantins pagou mais de R\$ 97 milhões em contratos suspeitos de fornecimento de

cestas básicas e frangos congelados, com prejuízo superior a R\$ 73 milhões aos cofres públicos. Os valores supostamente desviados, segundo a instituição, foram ocultados por meio da construção de empreendimentos de luxo, compra de gado e pagamento de despesas pessoais dos envolvidos.

Durante a sessão da Corte Especial, o ministro Mauro Campbell justificou o afastamento de Barbosa e da esposa afirmando que os dois integraram, junto com outras pessoas, "um esquema sistemático e bem organizado de desvio de recursos públicos", conforme revelam documentos e mensagens de celulares recuperadas de celulares apreendidos no curso da investigação.

FALA DE GOLPISTA

Haddad critica fala de Tarcísio de que não confia na Justiça

FLÁVIA SAID E CÍCERO COTRIM/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criticou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), por sua declaração sobre não confiar na Justiça. Na semana passada, o governador afirmou: "Não acredito em elementos para ele ser condenado, mas infelizmente hoje eu não posso falar que confio na Justiça, por tudo que a gen-

te tem visto", disse Tarcísio, em referência ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele ainda disse que sua primeira medida caso se torne presidente da República será conceder um indulto ao ex-presidente.

"Quando você vê que hoje no Brasil tem pessoas que não têm apreço pela democracia, quando você vê um governador do Estado de São Paulo dizer que não confia nas instituições, não

confia na Justiça, que tem que perdoar quem tentou um golpe de Estado, quando você uma mobilização de partidos ultraconservadores no Congresso, você fica preocupado", disse Haddad em entrevista ao apresentador Datena na Rede TV, nesta quarta-feira.

O ministro disse ter acordado "preocupado com a democracia" no dia de hoje, o segundo de julgamento do ex-presidente Bolsonaro pelo STF. Haddad

avaliou que a tentativa de golpe está "bem documentada" e expressou preocupação com as articulações que estão acontecendo sobre anistia no País. Ainda disse que se começar a perdoar tentativas de golpe, um dia ele acontece.

Sobre o cenário internacional, Haddad indagou, de forma retórica: "Será que se o (Donald) Trump fosse o presidente dos Estados Unidos nas eleições de 2022 o Lula tomaria posse?".

SENADO

Comissão aprova projeto que obriga sites a bloquear pornografia infantil

BRUNA ROCHA/AE

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado aprovou ontem, um projeto de lei que obriga sites e aplicativos a remover conteúdos pornográficos envolvendo crianças e adolescentes de suas plataformas. O texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto de lei, de autoria do

senador Marcos do Val (Podem-ES), também prevê a proibição de imagens falsas ou manipuladas digitalmente, inclusive por inteligência artificial (IA), com conotação sexual.

No último dia 27, o Congresso Nacional havia aprovado um projeto semelhante que cria o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, e segue para sanção do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De acordo com o texto de Marcos do Val, os sites deverão implementar mecanismos de identificação e prevenção de pornografia envolvendo crianças e adolescentes. Mensagens de compartilhamento e links de conteúdos devem ser monitorados e, após a remoção, as empresas deverão notificar os órgãos competentes.

O tema voltou à pauta após denúncia do influenciador Felipe

Bressanim Pereira, conhecido como Felca, sobre a exploração e sexualização de menores para produção de conteúdo nas redes sociais. O principal alvo da denúncia foi o também criador de conteúdo digital Hytalo Santos e o marido dele, Israel Vicente, ambos presos desde 15 de agosto.

Em reação à denúncia, o Senado propôs a criação de uma CPI para investigar influenciadores e plataformas digitais.

CYMI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 50.903.263/0001-89 - NIRE nº 3330034928-6
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01/08/2025.: 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 01/08/2025, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021 (Companhia"). 2. **CONVOCAÇÃO E MESA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, e administradores da Companhia. Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). 3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Germán Sánchez González e secretariados pelo Sr. Leandro da Silva Reis. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) a renúncia do Sr. Rogério Diniz de Oliveira, ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia; e (II) a eleição do Sr. Pedro Henrique Chrispim de Paiva, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, (III) a autorização para que os administradores da Companhia ora eleitos pratiquem todos os atos necessários ao registro e publicações da Companhia perante todas e quaisquer instituições públicas e privadas, conforme necessário. 5. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade dos votos e sem ressalvas: (I) Tomar e aceitar, com efeito imediato, a renúncia apresentada pelo Sr. Rogério Diniz de Oliveira ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, conforme respectivo Termo de Renúncia (Anexo I); (II) Aprovar a eleição e posse do Sr. Pedro Henrique Chrispim de Paiva, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade n.º 24.911.569-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º123.065.277-92, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP: 20.030-021, Cidade e Estado do RJ, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, com mandato de 03 (três) anos a contar da presente data, conforme respectivo Termo de Posse (Anexo II); e (III) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente perante todas e quaisquer instituições e autoridades públicas e/ou privadas, conforme necessário e, ainda, para registro das ações emitidas nos livros próprios. 6. **ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, os acionistas da Companhia aprovaram a lavratura desta ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Acionista Presente:** **Cymi Construções e Participações S.A.** (Germán Sánchez González e Leandro da Silva Reis) **Assinaturas da Mesa:** Germán Sánchez González - Presidente; Leandro da Silva Reis – Secretário. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. RJ, 01/08/2025. **MESA:** **Germán Sánchez González** - Presidente da Assembleia; **Leandro da Silva Reis** – Secretário da Assembleia; **ACIONISTA: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.****Germán Sánchez González** - Diretor; **Leandro da Silva Reis** - Diretor. Juceerj nº 7176322 em 02/09/2025.

CYMI II TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 52.885.150/0001-23
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01/08/2025. 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 01/08/2025, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésilo de Athayde, Centro, RJ/RJ, CEP 20030-021 (Companhia"). 2. **CONVOCAÇÃO E MESA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, e administradores da Companhia. Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). 3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Germán Sánchez González e secretariados pelo Sr. Leandro da Silva Reis. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) a renúncia do Sr. Rogério Diniz de Oliveira, ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia; e (II) a eleição do Sr. Pedro Henrique Chrispim de Paiva, para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, (III) a autorização para que os administradores da Companhia ora eleitos pratiquem todos os atos necessários ao registro e publicações da Companhia perante todas e quaisquer instituições públicas e privadas, conforme necessário. 5. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade dos votos e sem ressalvas: (I) Tomar e aceitar, com efeito imediato, a renúncia apresentada pelo Sr. Rogério Diniz de Oliveira ao cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, conforme respectivo Termo de Renúncia (Anexo I); (II) Aprovar a eleição e posse do Sr. Pedro Henrique Chrispim de Paiva, brasileiro, solteiro, economista, portador da carteira de identidade n.º 24.911.569-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º123.065.277-92, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, RJ, CEP: 20.030-021, Cidade e Estado do RJ, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia, com mandato de 03 (três) anos a contar da presente data, conforme respectivo Termo de Posse (Anexo II); e (III) Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos necessários para registro e publicação da presente perante todas e quaisquer instituições e autoridades públicas e/ou privadas, conforme necessário e, ainda, para registro das ações emitidas nos livros próprios. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente suspendeu os trabalhos enquanto era lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai firmada pelo Acionista. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. RJ, 01/08/2025. **MESA:** **Germán Sánchez González** - Presidente da Assembleia; **Leandro da Silva Reis** - Secretário da Assembleia; **ACIONISTA: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.** **Germán Sánchez González** - Diretor; **Leandro da Silva Reis** - Diretor. Juceerj nº 7177204 em 02/09/2025.

GESTÃO TARCÍSIO

TCE suspende programa de escolas cívico-militares

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) suspendeu a execução do Programa Escola Cívico-Militar, criado pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Na decisão, o Tribunal reconheceu irregularidades na proposta, dentre elas:

- uso de verbas da educação para o pagamento de policiais militares, caracterizando desvio de finalidade;
- ausência de estudos prévios de impacto orçamentário e financeiro;
- falta de planejamento detalhado, metas e indicadores de desempenho;
- afronta à Constituição e à Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A medida foi tomada após apresentação apresentada pelo Coletivo Educação em 1º Lugar, integrado por parlamentares do PSOL. Dentre eles, a deputada federal Professora Luciene Cavalcante, o deputado estadual Carlos Giannazi e o vereador Celso Giannazi. Além da suspensão imediata do programa, o TCE vetou o uso de recursos da Secretaria da Educação para o custeio de policiais militares. Também ordenou a análise da regularidade das despesas já realizadas e abriu a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos

que autorizaram os gastos apontados como irregulares. Com a decisão, o governo estadual só poderá retomar o programa caso apresente estudos de impacto financeiro, planejamento detalhado, metas claras e comprovação de compatibilidade com a Constituição e a legislação educacional.

IMBRÓGLIO NA JUSTIÇA

No início de agosto, o Tribunal de Justiça autorizou o governo de São Paulo a seguir com o edital de seleção que prevê a contratação de policiais militares reformados para atuar como monitores do programa das escolas cívico-militares, no Estado. As contratações chegaram a

ser suspensas após uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Apeoesp, o sindicato dos professores do ensino do Estado de São Paulo, que questionava o edital de seleção. Os policiais contratados são PMs da reserva e que iriam trabalhar como monitores nas cem escolas cívico-militares que aderiram ao programa, e anunciadas pela Seduc no primeiro semestre. O governo previa o treinamento e a ambientação dos militares em junho, mas o imbróglgio judicial atrasou o processo de seleção. Os resultados foram divulgados em 26 de agosto, e os novos monitores começariam as atividades em 8 de setembro.

VIOLÊNCIA

Policial é espancado até a morte em favela no centro de São Paulo

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O policial civil que morreu após ser agredido a pauladas, no final da noite de terça-feira passada, em uma viela da Favela do Gato, na região do Bom Retiro, no centro de São Paulo, ingressou na Polícia Civil em fevereiro de 2021. Caio Bruno, de 33 anos, trabalhava na 2ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Entorpecentes (Dise) do Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc). Quatro suspeitos de envolvimento no crime foram presos. De acordo com colegas do departamento, Bruno era um policial reservado e falava pouco de sua vida pessoal. Ele dei-

xou um filho de dois anos. Quando foi admitido na Polícia Civil paulista, Bruno postou uma foto em frente à Academia de Polícia, com a legenda: "Dia Inesquecível". A foto foi usada pelo Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (Sipesp), que lamentou "profundamente" a morte do agente. "O Sipesp se solidariza com familiares, amigos e colegas de trabalho da vítima neste momento de dor e reafirma seu comprometimento em acompanhar de perto o caso", diz a nota. Conforme a apuração inicial, o investigador foi morto com pancadas na cabeça e teve a face desfigurada após atirar

contra William Moreira Mendes, no interior da comunidade. Ele estava sozinho no local e teria tentado arrombar a porta de um apartamento, gerando reação violenta dos moradores. Ao ser atacado por William, ele reagiu disparando com sua pistola Glock. O homem foi atingido na perna direita. Outros moradores dominaram o policial e ele foi brutalmente espancado. Relatos dão conta de que houve um linchamento. William foi preso após dar entrada com ferimentos no Pronto-Socorro de Santana, na zona norte. Contra ele, havia um mandado de prisão expedido pela Justiça por porte ilegal de arma de fogo e ameaça no contexto de violên-

cia doméstica. Conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP), o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) instaurou inquérito para apurar a morte do investigador. Equipes do DHPP, do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) e do próprio Denarc realizaram diligências na região que permitiram a coleta de evidências e depoimentos apontando a autoria do crime. Quatro pessoas foram presas em flagrante e atuadas por homicídio qualificado. "As investigações prosseguem para identificar outros possíveis envolvidos e esclarecer todas as circunstâncias do ocorrido", diz em nota.

TRANSPORTE

TJ cassa proibição do serviço de mototáxi e Nunes terá que regulamentar atividade

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

A proibição do serviço de mototáxis na cidade de São Paulo foi declarada inconstitucional ontem pelo órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). A restrição havia sido estabelecida pelo Decreto 62.144/23, do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. Com a decisão, tomada de forma unânime pelos desembargadores que julgaram o caso, a Prefeitura de São Paulo terá o prazo de 90 dias para regulamentar a atividade de transporte remunerado de passageiros por moto [mototáxi]. A administração municipal, no entanto, pode recorrer dessa decisão. Para o relator do caso, o de-

sembargador Ricardo Dip, cabe à prefeitura de São Paulo regulamentar o mototáxi, mas não ela não poderia proibir ou suspender a prestação desse serviço. De acordo com o relator, a permissão desse tipo de transporte é uma atribuição do governo federal. "Cabe, ao fim, ressaltar a competência municipal para ordenação do trânsito e do tráfego urbanos, mas a regulamentação do serviço de transporte individual de aluguel não compreende a competência para a suspensão da atividade", escreveu o desembargador. Em seu relatório, o desembargador também declarou que a proibição do mototáxi na cidade de São Paulo fere os princípios da

livre iniciativa e da livre concorrência. Por meio de nota, a Procuradoria Geral do Município informou que a "Prefeitura de São Paulo não teve acesso ao acórdão", mas que, assim que ele for publicado, vai analisar "as eventuais medidas que serão adotadas". Há meses, a prefeitura de São Paulo e as plataformas de aplicativos travam uma disputa judicial sobre a permissão do serviço na cidade. Enquanto as plataformas recorrem a uma lei federal que, na avaliação delas, autoriza a prestação do serviço no país, a prefeitura afirma que há riscos aos usuários. Para a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa empresas como a Uber e a 99, a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo "configura um avanço para garantir os direitos da população da cidade e das empresas do setor, além de um importante passo para que a atividade seja regulamentada no município". Em nota, a associação escreveu que o entendimento do TJ é o que sempre foi defendido pela Amobitec, de que "competem às prefeituras regulamentar e fiscalizar a atividade, mas não proibir". Segundo a associação, após o prazo de 90 dias dado pelo TJ à prefeitura, "as empresas associadas à Amobitec poderão retomar o serviço".

tec), que representa empresas como a Uber e a 99, a decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo "configura um avanço para garantir os direitos da população da cidade e das empresas do setor, além de um importante passo para que a atividade seja regulamentada no município". Em nota, a associação escreveu que o entendimento do TJ é o que sempre foi defendido pela Amobitec, de que "competem às prefeituras regulamentar e fiscalizar a atividade, mas não proibir". Segundo a associação, após o prazo de 90 dias dado pelo TJ à prefeitura, "as empresas associadas à Amobitec poderão retomar o serviço".

FALTA DE LUZ

Passageiros enfrentam apagão no Aeroporto de Guarulhos, em SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Passageiros enfrentaram falta de luz em dois terminais do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, na manhã de ontem. A interrupção aconteceu nos Terminais 2 e 3, destinados a voos domésticos e internacionais, respectivamente. O problema começou às 8h50, mas voos não chegaram a ser afetados. A Gru Airport, concessionária que administra o aeroporto, diz que a queda de energia decorreu de manutenção programada e que os geradores foram acionados. "Por segurança, os geradores foram acionados e a energia está sendo restabelecida gradualmente", diz. A EDP, distribuidora de energia elétrica que atende a região, informou que prestou suporte técnico ao aeroporto. De acordo com relatos em redes sociais, o incidente aconteceu quando havia muito movimento nos terminais. No momento do blecaute, o jogador de futebol americano Justin Herbert, do Los Angeles Chargers, desembarcava no

terminal internacional. Inter-nautas registraram o interior do terminal às escuras. Em dezembro do ano passado, houve problemas de queda de energia causados pelas chuvas com fortes rajadas de vento que atingiram a região, afetando a operação do aeroporto. Na ocasião, sete voos foram desviados para outros aeroportos e quatro viagens foram canceladas.

PROBLEMA OCORREU EM CONGONHAS NA SEMANA PASSADA

No dia 26 de agosto, o Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, também registrou falta de energia, sem prejuízo para pousos e decolagens. A instabilidade durou cerca de uma hora, paralisando esteiras no check-in e deixando as instalações com pouca luminosidade. À época, a Aena, concessionária do aeroporto, disse que a instabilidade começou às 14h47 e se estendeu até as 16h10. Os geradores foram acionados para garantir a operação dos equipamentos essenciais.

ACIDENTE

Menino tem a perna quebrada durante briga em creche

RENATA OKUMURA/AE

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por meio da Promotoria de Justiça de Peruíbe, investiga um incidente em uma creche do município do litoral paulista. O caso ocorreu na quinta-feira passada. Na ocasião, uma criança teve a perna fraturada após brigar com outro aluno da unidade de ensino. Procurada, a Prefeitura de Peruíbe, por meio das Secretarias de Educação e Saúde, disse que acompanha de perto situação envolvendo o aluno da EMEI Jardim Veneza. "A Secretaria de Educação já instaurou apuração interna, com solicitação de imagens e registros da unidade, além de contato direto com a família, que teve a transferência do aluno atendida conforme solicitação", disse a gestão municipal. Caso seja constatada qualquer omissão ou responsabilidade, todas as medidas cabíveis serão tomadas, de acordo com a prefeitura. Segundo o MPSP, a criança foi atendida na UPA 24h de Peruíbe no mesmo dia do ocorrido e, posteriormente, encaminhada para acompanhamento especializado. "Documentos médicos anexados à investigação confirmam que o menino sofreu uma fratura de tíbia (ruptura do osso da canela)", disse o órgão. A Prefeitura de Peruíbe confirma que a criança foi atendida na UPA de Peruíbe na quinta-feira passada, quando foram identificadas as fraturas. "A UPA de Peruíbe é de Porte 1 e não tem obrigatoriedade de manter ortopedista de plantão, embora o município disponibilize o especialista em mais de 70% do tempo. Nesses casos, a orientação é internar o paciente e solicitar vaga pelo sistema estadual de transferência", disse o município.

Ainda conforme a gestão municipal, a mãe optou por conduzir a criança meios próprios. "No dia 30, retornou ao UPA já com imobilização, recebeu acompanhamento pediátrico e posteriormente ortopédico, e segue em acompanhamento médico no município", disse. O Conselho Tutelar também foi acionado e realiza os encaminhamentos necessários, respeitando o sigilo que envolve casos de crianças e adolescentes. A promotoria requisitou as seguintes informações e providências: - EMEI Jardim Veneza: informações sobre o ocorrido, o relatório de atendimento à criança, a identificação dos servidores responsáveis e o protocolo de atendimento a emergências da unidade; - Secretaria Municipal de Educação de Peruíbe: esclarecimentos sobre a supervisão e fiscalização das unidades escolares quanto a atendimentos de urgência e emergência; - Conselho Tutelar de Peruíbe: o caso foi encaminhado para ciência e providências dentro de sua área de competência. "O MPSP busca esclarecer a possível violação dos direitos da criança, especialmente em relação à sua integridade física e ao dever de cuidado por parte da instituição de ensino", afirma. Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado, na ocasião, a equipe da Delegacia de Peruíbe atendeu prontamente a mãe da criança, que relatou um desentendimento entre alunos em uma escola, sem menção a qualquer agressão. "Após avaliar as informações prestadas, a equipe orientou a mãe a formalizar reclamação sobre a conduta da escola junto à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Tutelar", disse a SSP.

NÃO SE CALE

Procon: só 25% dos estabelecimentos seguem protocolo para mulheres

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A fiscalização realizada pelo Procon-SP no mês de agosto em 131 estabelecimentos do estado constatou que apenas 25% dos locais tinham atendido ao previsto no Protocolo Não se Cale, que estabelece medidas de acolhimento e proteção para mulheres em situação de risco e violência. A política prevê que locais de

entretenimento tenham cartazes informativos visíveis e contem com funcionários capacitados para agir em casos de assédio ou violência. Segundo o Procon, a ausência dessas medidas foi a principal infração identificada nas fiscalizações de agosto em bares, restaurantes e grandes eventos. Os fiscais também flagraram falhas no atendimento do Código de Defesa do Consumidor,

como falta de clareza nos preços, informações incorretas sobre validade de produtos e falhas no sistema de pagamento. Entre as medidas previstas no Protocolo Não Se Cale estão:

- Exibição de cartaz informativo com orientações sobre como pedir ajuda;
- Capacitação de todos os funcionários do estabelecimento para acolher e encaminhar a mulher de forma segura;

- Disponibilização de ambiente reservado e seguro para acolhimento inicial.

Na capital paulista foram fiscalizados 65 estabelecimentos, dos quais 50 estavam irregulares. As outras cidades onde houve vitórias foram Bauru, Campinas, Pindamonhangaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba, Taubaté, Santos e São Vicente.

Alerj

Deputado estadual é preso por intermediar armas para facção

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O deputado estadual Tiego Raimundo dos Santos Silva (MDB-RJ), conhecido como TH Joias, foi preso ontem, suspeito de intermediar a compra e venda de armas para o Comando Vermelho, principal facção criminosa do estado.

O deputado foi alvo de uma operação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Rio (Ficco-RJ), composta pela Polícia Federal (PF), Polícia Civil e Ministério Público do Estado (MPRJ). Ele foi detido em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, bairro da zona oeste.

De acordo com as investigações, TH Joias tem ligação direta com líderes do Comando Vermelho, nas comunidades Complexo do Alemão, da Maré e Parada de Lucas, todas na zona norte carioca.

Além de intermediar a compra e venda de armamento, como fuzis, TH Joias negociava drogas e equipamentos antidrones, para dificultar a ação policial nos territórios ocupados pela facção.

“O parlamentar utilizava o mandato para favorecer o crime organizado”, diz comunicado da Polícia Civil, que batizou a operação de Bandeirantes.

Os investigadores identificaram movimentações financeiras suspeitas que reforçam a acusação de lavagem de dinheiro.

Entre os alvos da operação estão também traficantes, assessores parlamentares, um delegado federal, policiais militares (PMs) e o ex-secretário estadual e municipal do Rio Alesandro Pitombeira Carracena, que foi preso.

Além de TH, foram presos Gabriel Dias de Oliveira, o Índio do Lixão, apontado como traficante; Luiz Eduardo Cunha Gonçalves, o Dudu, assessor de TH Jóias; o ex-secretário Alesandro Pitombeira Carracena; o delegado da Polícia Federal Gustavo Stteel, que estava de plantão no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão); e três policiais militares. Outras oito pessoas também foram presas na ação.

PF, que batizou a operação de Zargun. Ao todo, são 18 mandados de prisão preventiva e 22 mandados de busca e apreensão expedidos pelas Justiça Federal e estadual.

Na esfera estadual, por causa do foro privilegiado do deputado, a investigação tramitou na

Procuradoria-Geral de Justiça, autoridade máxima do MPRJ, comandada pelo procurador-geral Antonio José Campos Moreira.

A PF informou que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) determinou o sequestro de bens e valores dos investigados, chegando a R\$ 40 milhões, além do afastamento de agentes públicos, suspensão de atividades de empresas utilizadas para lavagem de dinheiro e transferência emergencial de lideranças da facção para presídios federais de segurança máxima.

Ainda segundo a PF, a organização “se infiltrava na administração pública para garantir impunidade e acesso a informações sigilosas”. Armas eram importadas do Paraguai; e equipamentos antidrone, da China. Além disso, eram revendidos até para facções rivais.

DIVISÃO DO ESQUEMA

O MPRJ detalhou o envolvimento de cinco alvos da ação:

TH Joias: o parlamentar, além de intermediar compra e venda de armas e drogas, utilizou o mandato para favorecer a organização criminosa, “inclusive nomeando comparsas para cargos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)”.

Traficante: outro denunciado é apontado como um dos líderes da facção, “responsável pelo controle financeiro do grupo e pela autorização de pagamentos vultosos”, incluindo a autorização para a compra dos antidrones usados para dificultar a atuação policial.

Tesoureiro do tráfico: o denunciado exercia a função de tesoureiro, encarregado de armazenar drogas, guardar valores milionários, efetuar pagamentos e intermediar negociações de armas e munições.

Assessor parlamentar: o quarto denunciado, assessor parlamentar, atuava como fornecedor de equipamentos especializados à facção, em especial os dispositivos antidrones. Ele também era responsável pelos testes em campo e ensinava outros integrantes da facção a operá-los. Ele foi indicado à Alerj pelo deputado, como forma de encobrir as atividades ilícitas.

Mulher do tesoureiro: a denunciada, casada com o tesoureiro, havia sido nomeada para um cargo comissionado na Alerj. A função dela era servir de elo entre o grupo criminoso e o Legislativo.

TH Joias, preso ontem em ação conjunta das polícias Federal, Civil e do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ).

“O retorno de Rafael já estava previsto, mas, diante da operação realizada hoje, decidimos antecipar. O trabalho integrado deixa um recado muito claro: a lei vale para todos”, disse Castro, em nota.

Nota

PRESÍDIOS DO RIO TERÃO EQUIPAMENTOS PARA BLOQUEAR SINAL DE CELULAR

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) do Rio de Janeiro vai utilizar solução tecnológica de ponta para o bloqueio de sinais de telefonia móvel, wi-fi e drones em unidades prisionais e prisionais hospitalares do sistema penitenciário do estado. A medida representa avanço decisivo no combate à comunicação clandestina que alimenta o crime organizado dentro dos presídios. “Com esse investimento, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento da segurança pública, aliando tecnologia e gestão no enfrentamento ao crime organizado, impedindo que presos mantenham contato com o mundo externo para articular crimes”, disse o governador Cláudio Castro. A contratação foi feita por meio de licitação pública, dividida em cinco lotes regionais, com a participação de seis empresas.

Atração Turística

Elevador da Glória descarrila e deixa 15 mortos em Lisboa

Um acidente no Elevador da Glória, uma das principais atrações turísticas de Portugal, deixou ao menos 15 mortos e 18 feridos ontem, em Lisboa, segundo autoridades locais. Cinco dos feridos estão em estado grave e 13 não preocupam. Há estrangeiros entre as vítimas. A única a nacionalidade divulgada até agora é a de uma mulher sul-coreana que está entre os feridos.

Segundo o canal SIC Notícias, equipes de resgate trabalharam no atendimento às vítimas. Os feridos foram levados para três hospitais da capital portuguesa: São José, Santa Maria e São Francisco Xavier. O trânsito na região foi interrompido e a Polícia Judiciária investiga o caso.

Aliança

Putin, Kim e Xi juntam forças para enfrentar ameaças do governo Trump

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, tiveram uma reunião bilateral em Pequim ontem. Segundo o Kremlin, Putin e Kim viajaram de um evento oficial para as negociações no mesmo carro. Após uma reunião entre as delegações russa e norte-coreana, os líderes tiveram um encontro a sós. Putin também convidou Kim a visitar novamente a Rússia, após a última viagem do norte-coreano ao país em 2023.

Putin elogiou a "bravura e o heroísmo" dos soldados norte-coreanos que lutaram ao lado das

tropas de Moscou para repelir uma incursão ucraniana na região fronteira russa de Kursk. De acordo com estimativas da Coreia do Sul, a Coreia do Norte enviou cerca de 15 mil soldados à Rússia desde o ano passado. Pyongyang também forneceu grandes quantidades de equipamentos militares, incluindo mísseis balísticos e artilharia, para sustentar a invasão russa da Ucrânia, que já dura três anos.

Embora não tenha mencionado diretamente a guerra, Kim ressaltou: "se há algo que eu possa fazer por você e pelo povo da Rússia, considerarei isso como

trens, diz que as manutenções ocorrem dentro do prazo. A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) vai investigar o caso.

O funicular liga a Praça dos Restauradores, na cidade baixa, ao Bairro Alto e transporta cerca de 3 milhões de pessoas por ano. O presidente Marcelo Rebelo de Sousa prestou condolências às famílias afetadas pelo ocorrido. O governo português decretou um dia de luto oficial pelo acidente e o primeiro-ministro Luís Montenegro cancelou seus compromissos públicos.

O bonde amarelo e branco, que sobe e desce uma ladeira in-

greme no centro da cidade em paralelo com outro que segue no sentido contrário, estava tombado na estreita rua por onde trafega, segundo canais de televisão portugueses. Suas laterais e a capota estavam parcialmente amassadas e parecia ter colidido com um prédio na curva da rua. Dezenas de socorristas estavam no local.

O bonde tem capacidade para transportar mais de 40 pessoas, sentadas e em pé. É comumente utilizado pelos moradores de Lisboa. Lisboa recebeu cerca de 8,5 milhões de turistas no ano passado, e o bonde é uma atração popular.

nenhum dos três países tenha confirmado tal evento.

Em referência a Xi, o presidente dos EUA, Donald Trump, escreveu na Truth Social: "Por favor, transmitam minhas mais calorosas saudações a Vladimir Putin e Kim Jong-un, enquanto vocês conspiram contra os Estados Unidos da América". O assessor de assuntos externos de Putin, Yuri Ushakov, comentou depois a postagem, dizendo que as palavras de Trump não estavam isentas de ironia. "Quero dizer que ninguém estava tramando nada. Ninguém estava tecendo qualquer conspiração", afirmou.

EUA

Tribunal decide que Trump não pode usar lei do século 18 para deportação

Um painel de um tribunal federal de apelações decidiu que o presidente dos EUA, Donald Trump, não pode usar uma lei de tempos de guerra do século XVIII para acelerar as deportações de pessoas que sua administração acusa de fazer parte de uma gangue venezuelana. A decisão, contudo, está destina-

da a um confronto na Suprema Corte.

Dois juízes de um painel de três do 5º Tribunal de Apelações dos EUA, na decisão de terça-feira passada, concordaram com advogados de direitos dos imigrantes e juízes de instâncias inferiores que argumentaram que o Alien Enemies

Act de 1798 não foi destinado a ser usado contra gangues como o Tren de Aragua, que o presidente havia mirado em março.

Abigail Jackson, porta-voz da Casa Branca, disse que a maioria errou ao questionar Trump. "A autoridade para conduzir operações de segurança nacional em defesa dos

Venezuela

Ministro acusa EUA de usar IA em vídeo sobre ataque a barco

O ministro das Comunicações e da Informação da Venezuela, FreddyNáñez, acusou o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio de usar inteligência artificial (IA) em um vídeo publicado no X que mostra o suposto ataque dos EUA a um barco venezuelano que estaria carregando drogas.

Em uma publicação no Telegram, na terça-feira passada, Náñez disse que "parece que Marco Rubio continua mentindo para seu presidente: depois de levá-lo a um beco sem saída, agora lhe oferece um vídeo de IA (assim comprovado) como "prova". Ele continua o texto citando elementos que sugerem que o vídeo publicado por Rubio teria sido gerado por IA.

Rubio publicou no X na terça-feira um vídeo que mostra um ataque a uma embarcação venezuelana suspeita de transportar drogas no Mar do Caribe.

O secretário de Estado americano havia afirmado mais cedo no

X que os EUA haviam conduzido um "ataque letal" contra uma embarcação que seria operada por uma organização considerada narcoterrorista. A organização não foi identificada e ele não deu detalhes sobre a ofensiva.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou o ataque na terça-feira em uma coletiva de imprensa na Casa Branca. Ele disse que forças americanas eliminaram no Mar do Caribe uma embarcação venezuelana que transportava drogas.

Trump também afirmou que 11 "narcoterroristas" morreram no ataque. A ofensiva ocorreu enquanto os traficantes do grupo Tren de Aragua se encontravam em águas internacionais, acrescentou o presidente americano na rede social Truth Social.

O ataque foi anunciado horas depois da divulgação das primeiras fotografias dos navios de guerra dos EUA no Caribe, próximo à Cidade do Panamá.

As embarcações foram mobilizadas pelo governo Trump como parte de uma ação contra o narcoterrorismo latino-americano. O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, por sua vez, chamou o envio dos navios americanos de uma "ação criminosa, ilegal e imoral".

Desde o início do mandato, Trump decretou cartéis de drogas latino-americanos como grupos terrorista, o que possibilitou o uso de ativos militares contra esses grupos.

A Marinha dos EUA tem dois contratorpedeiros Aegis com mísseis guiados - o USS Gravely e o USS Jason Dunham - no Caribe, bem como o contratorpedeiro USS Sampson e o cruzador USS Lake Erie nas águas da América Latina. Essa presença militar deve se expandir.

Os EUA não sinalizaram nenhuma incursão terrestre planejada com os milhares de militares mobilizados.

Guerra

Rússia dispara 500 drones e mísseis contra Ucrânia

A Rússia disparou mais de 500 drones e duas dúzias de mísseis contra a Ucrânia durante a noite, disseram autoridades ontem, enquanto o presidente ucraniano Volodimir Zelenski e líderes europeus avançavam nas negociações sobre como fortalecer as defesas ucranianas e impulsionar os até agora infrutíferos esforços de paz liderados pelos EUA. Os principais alvos russos noturnos foram infraestruturas civis, especialmente instalações de energia, disse Zelenski. Os ataques visaram principalmente o oeste e o centro da Ucrânia e feriram pelo menos cinco pessoas, disse a força aérea ucraniana. Os ataques aéreos da Rússia a áreas civis e a tentativa de seu exército de esmagar as defesas ucranianas na linha de frente de 1.000 quilômetros não diminuíram.